

A questão externa

O Brasil não pode continuar sendo um País exportador líquido de capital. Isto contraria a ordem natural das coisas. Os pobres não podem ser supridores dos ricos pela elementar razão de que são pobres justamente por não terem dinheiro. A dívida externa do Terceiro Mundo criou essa curiosa situação de convertê-lo em supridor de capital para as economias centrais do mundo.

Não surpreende o fato do presidente da República haver confessado publicamente a inviabilidade da situação adversa em que nos encontramos. O que surpreende é a ausência de uma atitude nacional susceptível de mudá-la.

Já há alguns anos a dívida externa transformou-se no principal problema brasileiro. Tendo que pagar, anualmente, algo como 5.5% do PIB só em juros, toda a energia nacional tem de voltar-se para o aumento das exportações e para a produção de superávits cada vez maiores, ou seja, para a contração das importações. É um paradoxo. Como poderemos continuar sendo, no futuro, um País exportador se não importamos o que é indispensável ao crescimento econômico?

No ano passado, cerca de 70% da produção agrícola do País foram enviados ao mercado exterior. Este ano o fenômeno vai se repetir. Novamente o mercado interno ficará comprimido, dispondo de algo como 10% apenas da produção, uma vez que 20% são representados pela agricultura energética (álcool e açúcar). Com 10% da produção, o País consegue abastecer aqueles que habitualmente consomem, mas não consegue ampliar o mercado consumidor para incluir aqueles

que se encontram abaixo dos níveis nutricionais mínimos.

A questão não tem, porém, apenas essa conotação social grave. Ela representa um gravíssimo fator de inibição do crescimento econômico, porque este não se dá sem capital. Até há alguns anos o Brasil conseguia manter razoavelmente equilibrada essa conta, contratando empréstimos novos em volume mais ou menos equivalente ao dos pagamentos. Agora, adicionada a perturbação pretextual da ecologia, organismos financeiros internacionais dificultam empréstimos, virtualmente trancando-os, enquanto o País prossegue pagando em dia seus vultosos compromissos.

É imperioso reduzir-se para algo como metade do volume atual as transferências ao exterior, de modo a possibilitar aumento significativo das importações, menor impacto inflacionário nos superávits e redirecionamento da agricultura para a produção de bens destinados ao consumo interno. O modo de fazê-lo, preferencialmente, é a negociação. Na impossibilidade desta, qualquer outra via lamentamos a inelutabilidade da tese — é justificável. O que não é justificável é permanecermos na situação atual, destruindo-nos na exaustão social, no sucateamento do sistema produtivo e na visível escalada rumo ao impasse político para, simplesmente, honrar compromissos que, afinal, não poderão ser honrados. Se o País insistir em manter essa situação, a alternativa política a que o povo recorrerá provavelmente ocasionará o não pagamento absoluto. A razão indica que transigir agora é uma boa saída para os próprios credores.